

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A 4 de outubro de 2022, o PSD apresentou o Requerimento n.º 58-AC/XV/1 solicitando dados para poder fazer um balanço sobre os investimentos na política de proteção do litoral. Face à ausência de resposta, a 11 de janeiro de 2023, o PSD submeteu o Requerimento n.º 74-AC/XV/1 a requerer novamente os elementos.

Passados seis meses sem resposta, a 4 de abril de 2023, o PSD apresentou o Projeto de Resolução n.º 590/XV/1 - Recomenda ao Ministério do Ambiente que cumpra a sua obrigação de resposta às perguntas e requerimentos do Parlamento dentro dos prazos legalmente estipulados.

Refira-se que o Ministério do Ambiente e Ação Climática tem incumprido sistematicamente a sua obrigação de responder dentro do prazo a perguntas e requerimentos submetidos pelos deputados dos diversos grupos parlamentares, ultrapassando frequentemente o período de 30 dias estipulado pelo regimento da Assembleia da República.

Este procedimento reiterado de atrasar as respostas, para além de infringir as obrigações constitucionais e regimentais a que o governo está sujeito, dificulta o escrutínio da atividade política por parte dos deputados.

A 19 de abril de 2023, passados mais de seis meses, o governo deu finalmente uma resposta ao requerimento submetido pelo PSD, mas sem apresentar o conjunto elementos que foram solicitados ficando-se por esclarecimentos incompletos.

Dado o período de meio ano que decorreu entre os requerimentos e a resposta, esperava-se que fossem remetidos elementos mais concretos e que tivesse sido feito um esforço para esclarecer devidamente o Parlamento sobre o que tem sido feito na proteção do litoral. Neste contexto, e face às suas obrigações de escrutínio, o PSD solicita ao governo que complete as informações requeridas e não descure a sua responsabilidade na prestação de contas à Assembleia da República.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm requerer ao Ministério do Ambiente e Ação Climática os seguintes elementos informativos:

1. Listagem dos projetos materiais e intervenções realizadas em proteção do litoral, por ano, de

2014 a 2022, incluindo descritivos como área geográfica de intervenção, tipologia de projeto (ex. recuperação de cordão dunar, defesa aderente, alimentação artificial, estabilização de arribas, etc.), investimento total e cofinanciamento (UE), indicadores de resultado.

Nota: a resposta dada a esta questão foi muito incompleta e cingiu-se a duas linhas “*No âmbito da Erosão Costeira estão aprovadas 82 operações, com uma comparticipação de Fundo de Coesão de 107, 3 M€*”. O governo limitou-se a consultar a página de internet do POSEUR que evidencia estes dois valores o que é uma resposta muito insuficiente e até incorreta. Requer-se novamente a listagem de intervenções materiais (físicas) e respetivos descritivos.

2. Listagem dos projetos imateriais, incluindo estudos, planos, sistemas de informação e campanhas de comunicação, por ano, de 2014 a 2022, incluindo descritivos sintéticos.

Nota: a resposta dada pelo governo a esta questão passou por uma listagem incompleta de intervenções pelo que importa que sejam dados esclarecimentos adicionais.

2.1. O governo listou 9 projetos imateriais neste período de 8 anos, o que daria uma média de 1 por projeto por ano. Questiona-se se esta listagem está completa ou se foram desenvolvidos outros projetos imateriais em proteção do litoral.

2.2. Foram listados três sistemas de informação – Plataforma de Reporte de Ocorrências no Litoral, COSMO e SIARL. A resposta do Ministério começa, no primeiro parágrafo por referir “Com vista a sistematizar e disponibilizar a informação mais relevante sobre o litoral português, APA tem em curso o desenvolvimento tecnológico de um geoportal - Sistema de Administração do Recurso Litoral (SIARL)...” Contudo, verifica-se que o SIARL não está operacional nem acessível para consulta. Qual a explicação e quando estará disponível?

3. Análise da execução realizada até ao momento face ao previsto no âmbito de cada Programa da Orla Costeira (POC) aprovado – Norte, Centro, Tejo e Oeste.

Nota: esta questão não foi respondida. Os POC têm ações previstas em Programas de Execução que devem ser supervisionados e acompanhados pela autoridade nacional para o litoral que é a APA, independentemente de algumas competências transferidas para os municípios. Não se compreende que não haja sequer uma resposta mínima ao que tem sido executado em cada área geográfica face ao previsto. Ou então há que deduzir que o Ministério do Ambiente não sabe o que está a ser feito no litoral e que os POC não têm seguimento, nem monitorização.

4. Data prevista para a conclusão dos POC em elaboração – Alentejo e Algarve (Odeceixe – Vilamoura e Vilamoura - Vila Real de Santo António).

Nota: esta questão foi respondida, mas solicita-se um esclarecimento adicional.

4.1. “Os trabalhos de revisão do POC Vilamoura-Vila Real de Santo António não estão em curso”. A que se deve tal atraso em relação ao conjunto dos POC já aprovados ou em revisão? Para quando se prevê a revisão?

5. Listagem dos projetos e investimentos previstos para 2023 no âmbito da proteção do litoral.

Nota: esta questão foi respondida, mas solicita-se um esclarecimento adicional. Foram listados 20 projetos / intervenções. Destes, 9 projetos são imateriais (estudos, planos, projetos, sistemas de informação). Contudo há referências que não permitem perceber o âmbito da intervenção.

5.1. Empreitada de recarga de areias na praia da Aguçadoura (185 000€). Face ao baixo valor previsto para esta tipologia de intervenção pergunta-se qual a extensão de recarga artificial a executar, ou se estamos apenas perante a elaboração do projeto / estudos.

5.2. Alimentação artificial de areias a sul da Praia Labrego, Vagos (50 000€). Face ao baixo valor previsto para esta tipologia de intervenção pergunta-se qual a extensão de recarga artificial

a executar, ou se estamos apenas perante a elaboração do projeto / estudos.

5.3. Programa de Monitorização da Faixa Costeira de Portugal Continental - COSMO 2.0 – (2 000 000€). Como se justifica um valor de 2 milhões euros para um portal que já existe? Quais os desenvolvimentos tecnológicos que justificam este valor?

5.4. Desenvolvimento tecnológico do SIARL para se ajustar as estratégias de adaptação Costeira (275 000€). Importa referir que o SIARL está em “desenvolvimentos tecnológicos” há mais de uma década e está inoperacional. Como se justifica mais esta alocação de verba? Que desenvolvimentos estão previstos?

5.5. Reabilitação da estrutura longitudinal e dos esporões na Praia do Furadouro (2 000 000€). Qual o calendário previsto para esta intervenção?

5.6. Empreitada de migração sedimentar para a praia do Vau, Portimão (1 500 000€). Qual o calendário previsto para esta intervenção?

8. Responsáveis do governo e da APA têm referido a importância de novas tipologias de intervenção, nomeadamente ao nível da gestão da dinâmica sedimentar e do recuo planeado. Qual o ponto de situação dos projetos que existem a este nível? Quais os investimentos realizados e os investimentos previstos?

Nota: esta questão não foi respondida.

Palácio de São Bento, 20 de abril de 2023

Deputado(a)s

HUGO PATRÍCIO OLIVEIRA(PSD)

BRUNO COIMBRA(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

ALEXANDRE SIMÕES(PSD)

CARLOS CAÇÃO(PSD)

JORGE SALGUEIRO MENDES(PSD)

CLÁUDIA ANDRÉ(PSD)

JOÃO MARQUES(PSD)

ALEXANDRE POÇO(PSD)

ANTÓNIO PRÔA(PSD)

ANTÓNIO TOPA GOMES(PSD)

RUI CRISTINA(PSD)

CLÁUDIA BENTO(PSD)

PATRÍCIA DANTAS(PSD)

JOÃO MOURA(PSD)

Deputado(a)s

PAULO RAMALHO(PSD)